

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.371 - RS (2019/0006253-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **RIO GRANDE ENERGIA S/A**
ADVOGADOS : **MARCOANTONIO FRANZEN - RS040432**
: **MOISES GRAFFUNDER DE VARGAS E OUTRO(S) - RS066619**
RECORRIDO : **VALDEMAR MULLER**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS PARA REDISTRIBUIÇÃO A UM DOS MINISTROS INTEGRANTES DAS TURMAS DA PRIMEIRA SEÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial apresentado por Rio Grande Energia S.A., com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 238):

APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR TEMPO EXCESSIVO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. CONFIGURADO DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA, APENAS, PARA MAJORAR O QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO INDENIZATÓRIO E DE VERBA HONORÁRIA E PARA ESTABELECEER QUE OS JUROS DE MORA DEVEM CORRER DA CITAÇÃO. APELOS PARCIALMENTE PROVIDOS. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 263-270).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 274-291), a recorrente alegou, além de divergência jurisprudencial, a violação aos arts. 373, I, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015; 186, 393, 402, 403 e 927 do Código Civil.

Sustentou, em síntese: a) negativa de prestação jurisdicional; b) ocorrência de caso fortuito na suspensão no fornecimento de energia elétrica em virtude de temporais violentos, inevitáveis e imprevisíveis; e c) ausência de falha na prestação do serviço, bem

como de comprovação dos alegados danos, pugnando, assim, pelo afastamento da indenização, ou então, pela redução do *quantum*.

Admitido o processamento do recurso especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

A discussão jurídica aqui suscitada envolve responsabilidade civil objetiva da concessionária de serviço público em razão da falha na prestação de serviço pela interrupção no fornecimento de energia elétrica, estando, portanto, abrangida pelas hipóteses de competência da Primeira Seção, responsável pelos julgamentos relacionados ao direito público, nos termos do art. 9º, § 1º, XIV, do RISTJ.

A título exemplificativo, os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DEMORA NO RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS.

CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE RESOLUÇÃO DA ANEEL. ATO NORMATIVO NÃO INSERIDO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão publicada em 02/06/2017, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015. II. Na origem, trata-se de Ação de Indenização, ajuizada pelos ora agravados contra AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, em decorrência da interrupção do serviço de energia elétrica por mais de 8 (oito) dias, após a ocorrência de um temporal, no Município de São Sepé/RS. O acórdão do Tribunal de origem reformou a sentença, que julgara improcedente a ação, condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para cada um dos autores.

III. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo - no sentido de que "a ré falhou na prestação de seus serviços ao desrespeitar o disposto na Resolução 414/2010 da ANEEL. Assim, tem-se que a demora no restabelecimento efetivamente ultrapassou a situação de mero dissabor inerente à vida cotidiana, consoante informado na inicial e demonstrado nos autos" - não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

IV. Na forma da jurisprudência, "o apelo nobre não constitui via adequada para análise de ofensa a resoluções, portarias ou instruções

normativas, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão 'lei federal', constante da alínea 'a' do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal" (STJ, REsp 1.613.147/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2016).

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1095271/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 16/11/2017)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO.

LEGITIMIDADE DO ATO. INEXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, acerca da legitimidade do ato da concessionária que suspendeu o fornecimento de energia e da falta de comprovação dos alegados danos morais, tal como proposta pela agravante, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1128878/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 19/10/2017)

Ante o exposto, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos ministros integrantes das Turmas da Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator